



Londrina PR, de 02 a 05 de Julho de 2019.

**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:  
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS**

**IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS**

**III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

Eixo: gestão das políticas sociais

**TEMPLATE – TRABALHO COMPLETO – Apresentação Comunicação Oral**

## **Estado haitiano e gestão da sua política de educação para o debate**

Dominique Antoine<sup>1</sup>  
Marc Donald Jean Baptiste<sup>2</sup>

### **Resumo**

O presente artigo tem como objetivo estabelecer a relação entre o Estado haitiano e a gestão de sua política da educação. A gestão dessa política cria um sistema educacional que promove a desigualdade escolar. Então, entendemos que a desigualdade escolar do sistema da educação haitiano é uma herança histórica, que se entranha e se fortalece na administração pública do país. Apesar das reformas realizadas pelo Estado haitiano, as desigualdades escolares persistem no sistema. Essas reformas não alcançaram o resultado esperado porque não levam em conta as realidades históricas, políticas, sociais e econômicas do país.

**Palavras chaves:** Estado haitiano; política de educação; desigualdades escolares.

### **Abstract**

This article aims to establish the relationship between the Haitian State and the management of its education policy. The management of this policy creates an educational system that promotes school inequality. So, we understand that the school inequality of the Haitian education system is a historical inheritance that is entrenched and strengthened in the country's public administration. Despite the reforms carried out by the Haitian state, school inequalities persist in the system. These reforms did not achieve the expected result because they did not take into account the historical, political, social and economic realities of the country.

**Keys words:** Haitian State; education policy; school inequalities

---

<sup>1</sup> Graduação em Serviço Social e Mestrado em Política da Infância e Juventude pela Universidade Estado do Haiti e Mestrando em Serviço Social e Política social pela Universidade Estadual de Londrina. Email: tsantoine12@yahoo.fr

<sup>2</sup> Mestre em serviço social e política social pela UEL, doutorando do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social da Universidade Estadual de Londrina. Email:marcdonaldjbaptiste@gmail.com



Londrina PR, de 02 a 05 de Julho de 2019.

## 1.INTRODUÇÃO

Este artigo estabelece uma breve discussão entre o Estado haitiano e a gestão da sua política de educação. Ao debater a gestão da política de educação, refere-se à política social de Estado nessa área. No entanto, tal política é um termo ambíguo que pode ser concebido em diferentes sentidos. Por um lado, a política social pode ser definida como um conjunto de iniciativas públicas regulamentadas pelo Estado que fornecem serviços e benefícios a uma população para enfrentar situações de risco social ou privação social a fim de combater as desigualdades sociais (JACCOUD, 2009).

Por outro lado, Rizzotti (2013) salienta que a política social pode ser uma invenção do modo capitalista e do governo para manter o seu sistema. Essas definições, ao apreendê-las no modo de produção capitalista, permitem compreender que a política social é uma resposta às manifestações da questão social. A extensão da política social a todos os setores de atividade e vida social levou a desequilíbrios, reações, demandas e conflitos em todas as sociedades. Para isso, a política social é um fenômeno contraditório que pode ter, ao mesmo tempo, efeitos positivos ou negativos, dependendo da correlação das forças envolvidas (PEREIRA, 2011, p. 30)

Cabe ressaltar que, apesar da divergência entre as duas definições de política social mencionadas acima, ambas se referem ao Estado como órgão de intervenção e regulação na gestão da política social. Desse ponto de vista, não podemos entender a gestão de política da educação no Haiti sem primeiro entender o Estado haitiano. O modo de gestão da política de educação no Haiti é um reflexo do modelo do Estado haitiano no seu processo histórico. A colonização do país e as instabilidades políticas após a independência têm consequências desastrosas no modelo de gestão da administração pública no país, especialmente em seu sistema de educação.

Para mostrar a relação entre o Estado haitiano e a gestão de sua política de educação, fizemos uma resgate histórica do Haiti para entender melhor o contexto que favorece o tipo de gestão de política da educação do país. Em seguida, analisamos o modelo de gestão da política de educação do Estado haitiano.



Londrina PR, de 02 a 05 de Julho de 2019.

## **2.DESENVOLVIMENTO**

### **2.1 A TRAJETÓRIA HISTÓRICA DO HAITI**

Antes de analisar a gestão de política da educação no Haiti, consideramos necessário fazer uma breve apresentação da história do país. Essa revisão histórica nos permitirá compreender a trajetória e o contexto que favorecem o surgimento do Estado haitiano e seu rumo após a independência do país.

O Haiti foi colônia francesa de 1625 a 1804. Foi a colônia mais próspera da época. Na véspera de 1789, Santo Domingo forneceu quase  $\frac{3}{4}$  de açúcar para o mercado mundial. Na colônia de Santo Domingo existia três categorias sociais (LUBERICE, 2008).

Em primeiro lugar, os brancos colonizadores franceses e privilegiados detinham todos os meios de produção colonial, sendo as terras e os escravos. Eles aspiravam manter o sistema colonial para assegurar seus privilégios. Em segundo lugar, os mulatos que eram pessoas de ascendência francesa e africana, que tinham certos privilégios na colônia. Eles não tinham direitos políticos na colônia. Contudo, queriam também manter o sistema de escravidão aspirando à igualdade com os brancos. Finalmente, os negros eram escravos da África. Eles não tinham nenhum direito. Eram as propriedades de seus donos. Os objetivos dos escravos eram a supressão do sistema colonial.

As diferentes aspirações das categorias sociais da colônia criaram uma situação de conflito de interesses entre essas forças antagônicas coloniais. Dessa forma, cada um dos grupos lutou por suas aspirações. Assim, em agosto de 1791, segundo Hector e Hurbon (2009), muitos escravos decidiram se revoltar contra o sistema de escravidão. Esse primeiro ato da revolução dos escravos tomaria a forma de uma cerimônia de vodu (a religião de matriz africana do Haiti). Depois de alguns dias, as plantações são queimadas e milhares de brancos são abatidos. Deve-se notar que a língua crioulo serviu como uma ferramenta de resistência que alimentou a revolta de escravos.

Depois de diferentes lutas na liderança de Vincent Ogé, a Assembléia Nacional de Paris reconhece o direito de voto dos mulatos da colônia. Os brancos recusaram a aplicação dessa decisão. Vincent Ogé organizou uma rebelião ao armar mais de 300 mulatos para forçar os



Londrina PR, de 02 a 05 de Julho de 2019.

brancos a reconhecer os direitos. No entanto, ele e quarenta outros mulatos foram presos e executados em 25 de fevereiro de 1791. Essa derrota favoreceu a aliança entre os negros e os mulatos à luta pela independência. Assim, em 18 de novembro de 1803, o exército haitiano derrotou o exército francês<sup>3</sup> na localidade de *Vertière* no Haiti. Consequentemente, no primeiro dia de janeiro em 1804, Jean-Jacques Dessalines<sup>4</sup> e os generais do exército haitiano proclamaram a independência do país. A revolução haitiana foi anti-escravidão e anti-segregacionista. E é a primeira revolução negra vitoriosa do mundo.

De acordo com MOISE (2009), logo após a independência, as duas categorias sociais (mulatos e negros), que lutaram pela independência do Haiti contra os brancos, foram divididas sob a orientação política, econômica, social e cultural da nação haitiana. Os mulatos queriam levar os bens deixados pelos brancos. E Jean-Jacques Dessalines por sua vez, queria distribuir a riqueza do país para todos. Como resultado, a política agrária de Dessalines foi contestada pelos generais do exército e mulatos. Dois anos depois de libertar os negros da escravidão, Dessalines, o primeiro governador do país, foi assassinado porque queria recompensar, de maneira justa, todos os participantes da independência do país. Deve-se notar que, até hoje, existe o conflito entre mulatos e descendentes de escravos na sociedade haitiana.

O assassinato de Dessalines criou a primeira crise política do país. Desde então, a instabilidade política persiste. O Haiti conheceu muitas instabilidades políticas ao longo da sua história. As tentativas de modernizar o país foram continuamente confrontadas com os interesses das classes. As crises enfrentadas são elementos fundamentais marcadas pelo subdesenvolvimento do país. Também afetam negativamente a administração pública, especialmente a gestão da política de educação.

No plano internacional, a independência desencadeou o medo, indignação e hostilidade do poder colonial na época. Como resultado, o Haiti ficou isolado no cenário internacional. Nenhuma potência colonial queria reconhecer sua independência, pois ele representou uma ameaça para outras colônias.

É somente em 1825 que a França reconhece a independência do Haiti depois do pagamento de uma indenização de 90 milhões de francos. Esse endividamento da

---

<sup>3</sup> É necessário salientar que o exército francês na época do império de Napoleão Bonaparte foi um dos exércitos mais poderosos do mundo. De fato, a vitória do exército haitiano foi reescrita à história da humanidade, porque nunca antes uma revolta de escravos havia conseguido se transformar em uma revolução.

<sup>4</sup> Jean-Jacques Dessalines foi um líder da revolução haitiana. Ele proclamou a independência do Haiti em 1 de janeiro de 1804. Foi o primeiro governador geral do país e depois imperador (1804-1806).



Londrina PR, de 02 a 05 de Julho de 2019.

independência foi plenamente honrado por pagamentos sucessivos até 1883. O pagamento dessa dívida por mais de meio século tem sido um peso grande para o desenvolvimento do país.

Além disso, Haiti sofreu três ocupações militares dos países imperialistas. O primeiro foi liderado pelos Estados Unidos em 1915. E os dois últimos foram liderados por uma força internacional da ONU. O Brasil, recentemente, em 2004, liderou a última força como um novo país imperialista emergente. É nessa perspectiva que Léon (2013, p. 2) enfatiza que o Haiti é a primeira vítima da tentação imperial do Brasil:

O Brasil, com sua presença militar no Haiti, fez vítimas para proteger seu status de poder da região. [...]. Controla 40% da economia sul-americana, o Brasil é hegemônico [...]. Os Estados Unidos e a França não escolheram o Brasil para liderar a força de ocupação ao acaso. Eles conhecem suas ambições imperiais como segundo mestre do hemisfério do ponto de vista econômico e pela sua obsessão declarada em fazer parte do Conselho de Segurança da ONU. Sem descurar o interesse dos ricos deste país que queriam ampliar suas produções e cultura em toda a região [...]. A ocupação do Haiti é assegurada pelo exército brasileiro com 1.200 homens e algumas dezenas de policiais que atiram contra os pobres. Então, o Estado brasileiro não é um país progressivo. Pelo contrário, ele é um predador e executa as tarefas sujas do imperialismo.

Essas análises sobre a trajetória histórica do Estado haitiano mostram que, por mais de dois séculos, o Estado não construía uma sociedade que pudesse proporcionar o bem-estar a sua população. Essa deficiência está enraizada nas condições dos acontecimentos coloniais, nacionais e internacionais que moldam a existência do Estado haitiano. É nesse contexto político, social e econômico analisáramos as políticas de educação no Haiti. Na sequência, debatemos o conceito de administração tentando mostrar seu modelo de gestão da política e de educação.

## **2.2 MODELO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA DA POLÍTICA EDUCACIONAL NO HAITI**

A expressão administração é ambígua no campo das ciências sociais, podendo ser concebida em sentidos diferentes a partir de concepções de Estado distintas. Vamos analisar duas concepções que são básicas para este debate.

A primeira é de acordo com Paro, citado por Souza Filho (2011), a administração em geral é conceitualizada com utilização racional de recursos para realização de fins determinados. O autor enfatiza que essa definição estabelece uma conexão entre os fins e os



Londrina PR, de 02 a 05 de Julho de 2019.

meios da administração e o papel da razão com o elemento de mediação dessa conexão. Argumenta que essa concepção busca a dimensão política (finalidade) com a dimensão técnica da administração, evitando a cisão entre o político e o técnico. Na segunda, a administração poder ser concebida como um instrumento capitalista de dominação. Ela garante a dominação de classe, através de ações que acabam atendendo determinadas demandas das classes dominadas (SOUZA FILHO, 2011).

Essas definições nos permitem entender que a administração é um aparato estatal na gestão das políticas sociais. A administração por meio da burocracia é um dos componentes da materialidade do Estado. Existe uma relação entre ambos. Isto é, a administração é reflexo do seu Estado e vice-versa. Essa realidade não é diferente para a administração pública haitiana. O modelo do Estado haitiano é materializado na sua administração. Assim, o patrimonialismo do Estado haitiano domina a ordem administrativa, articulando-se com a estrutura burocrática. O patrimonialismo do Estado haitiano favorece não só a corrupção na administração pública, mas também gera uma burocracia concentrada, incapaz de prestar serviços à população.

A corrupção é comum na administração pública do país. Para Péan (2003), é uma herança antiga que se considera a própria fundação do Estado haitiano. Essa corrupção na administração pública tem efeitos diretos na gestão da política de educação do país. Reduz a capacidade do governo de fornecer serviços de educação pública à população. É por isso que o setor privado de educação no Haiti fornece quase a cobertura da sua oferta escolar. Segundo Pierre (2012), o setor privado fornece 90% da oferta escolar do país. Esse efeito pesa muito sobre os pobres que dependem dos serviços de educação pública. Tal situação favorece o acesso desigual à educação.

Nessa perspectiva, a corrupção é um fardo dos desfavorecidos na medida em que afeta a governança<sup>5</sup> do Estado, que é incapaz de ampliar o acesso à educação na sociedade.

A corrupção no Haiti é perpetuada pelo tipo de gestão da administração pública de heterogestão. De acordo com Faria (2009), na heterogestão, os sujeitos são geridos por outros, que definem as regras, as condutas, as estratégias, comandam os processos decisórios e detêm os instrumentos de controle. Esse modelo cria uma administração concentrada que

---

<sup>5</sup> "A governança é a capacidade financeira e administrativa, em sentido amplo, de um governo implementar políticas" (Pereira, 1998, p. 33).



Londrina PR, de 02 a 05 de Julho de 2019.

reflete o Estado haitiano. Tal concentração é evidente na gestão da política pública do Estado através dos ministérios, especialmente do Ministério da Educação.

A educação no Haiti é administrada pelo Ministério da Educação Nacional e Formação Profissional (MENFP). Este, por sua vez, é administrado pelo ministro<sup>6</sup> da educação que é nomeado pelo primeiro ministro em conjunto com o presidente da república. É responsável pela formulação, controle e regulação da política de Estado no campo da educação.

Vale ressaltar que o Haiti possui dez departamentos ou distritos. Cada departamento possui uma diretoria departamental de educação que é responsável pela implementação das decisões tomadas pelo Ministério da Educação. O sistema educacional haitiano tem um modelo de gestão desconcentrado. Contudo, a constituição de 1987 promoveu uma visão de descentralizada<sup>7</sup> da administração pública haitiana. O Ministério da Educação é o órgão central do Estado que detém todos os poderes de decisão nesse setor. O Estado é quem tem o controle social<sup>8</sup> da gestão da política educacional sobre a sociedade, e não o contrário.

É importante de destacar que as exigências constitucionais de 1987 apresentam também a educação como direito à população e dever para o Estado. A educação do nível primário se torna universal, obrigatória e gratuita. No Artigo constitucional n. 32.3, lê-se assim: “o ensino primário é obrigatório sob pena e sanções determinadas pela lei para todo que fizer o contrário. É uma obrigação para o Estado de fornecer gratuitamente as matérias escolares e didáticas aos alunos do ensino primário” (HAITI, 2011). O Artigo 32.1 também se lê assim: “A educação é uma responsabilidade do Estado e das autoridades locais. É dever deles favorecer escolaridade gratuita para todos e cuidar da formação ao nível dos ensinos públicos e privados” (HAITI, 2011).

---

<sup>6</sup> Haiti tem um regime político semi-parlamentar e semi-presidencial. O presidente da república é eleito por sufrágio direto. O primeiro ministro é nomeado pelo presidente e aprovado pelo parlamento. O Primeiro-ministro em consulta com o Presidente escolhe outros ministros que também devem ser aprovados pelo Parlamento (veja a constituição de 1987 do Haiti).

<sup>7</sup> Marlova (1998) fez uma distinção entre os conceitos de descentralização e desconcentração. A descentralização consiste em um efetivo compartilhamento de poder entre o Estado e as autoridades locais que implicam na autogestão local, enquanto a desconcentração pode ser entendida como uma delegação de poder, sem mudar o poder de decisão.

<sup>8</sup> De acordo com Correia (2002), o termo controle social pode ser concebido em duas grandes concepções diferentes. Primeiro, o controle social pode ser o controle do Estado sobre a sociedade. A partir dessa perspectiva, o Estado controla a sociedade aos interesses da classe dominante. Em segundo lugar, o controle social pode ser entendido como o controle da sociedade sobre as ações do Estado. Nesse sentido, a sociedade tem a oportunidade de controlar o Estado em favor dos interesses da classe subalterna. Para fazer isso, precisamos ter participação cidadã na gestão da administração pública.



Londrina PR, de 02 a 05 de Julho de 2019.

Porém, no sistema educacional haitiano, não há estrutura local na qual os poderes de decisão sejam compartilhados, nem a participação dos cidadãos na gestão da política educacional. A municipalização da educação básica como existe em muitos outros países, não é uma realidade do Haiti. Esse modelo administrativo gera uma personalização que promove a corrupção e o nepotismo na gestão da sua política educacional. É nessa perspectiva que Julien (1998, p.3) aponta que no Haiti:

O setor público é totalmente privatizado, já que o Estado é gerenciado como um domínio pessoal ... os relatórios públicos são personalizados e os negócios públicos são gerenciados de acordo com uma finalidade privada. [...] O serviço público é uma fonte de status, prestígio, recompensa e principalmente renda

O sistema da educação do Haiti tem um modelo da gestão unilateral. Essa gestão é justificada pela concentração de gestores de recursos humanos nas dez diretorias departamentais de educação do país. No entanto, deve-se notar que essas estruturas não têm poder de decisão, elas estão simplesmente desconcentradas para implementar as decisões do Ministro.

A concentração da gestão de políticas educacionais, no Haiti, tem uma herança histórica. Etienne (2007) ressalta que, durante a ocupação estadunidense em 1915, os ocupantes iniciaram a reconstrução e modernização da administração pública. Para isso, implementaram um processo de centralização da administração pública. Concentraram todas as atividades econômicas em Porto Príncipe, capital do país. Durante essa ocupação, tinha-se dois tipos de escolas: uma rural, para os filhos dos camponeses, e uma escola nacional para os alunos da cidade. Assim, os ocupantes não só conseguem centralizar a administração pública, como também a territorialização de sua forma de gestão da política de educação reforça a desigualdade escolar no país, na medida em que eles criaram uma escola urbano e uma escola rural. No entanto, a desigualdade escolar que os ocupantes reforçam tem origem colonial segundo Tardieu (1989).

Esse modelo de gestão da política de educação que favorece a desigualdade escolar persiste na história do país. De acordo com Dorvilier (2012), após a independência, com exceção dos principais programas de educação de Jean-Jacques Dessalines e Henri



Londrina PR, de 02 a 05 de Julho de 2019.

Christophe<sup>9</sup>, a educação não tem sido uma prioridade do Estado. Segundo Joint (2006), sob as presidências de Pétion e Boyer<sup>10</sup>, as escolas foram reservadas para os filhos dos funcionários públicos. Os filhos dos camponeses foram excluídos do sistema.

No período de governo de Fabre Nicolas Geffrard, em 1860, ele assinou um acordo entre o Estado haitiano e o Vaticano. Esse acordo, em grande parte, deu à Igreja Católica a responsabilidade total na implementação do sistema de educação haitiana. No entanto, essa decisão complica a situação ao favorecer um sistema elitista em detrimento da classe subalterna. Dorvilier (2012) aponta que 90,4% da população rural, em 1952, era analfabeta em comparação a uma taxa de 46,3% nas cidades.

Para resolver esse problema, o ministro Joseph Bernard, em 1982, sob a ditadura de Jean Claude Duvalier, desenvolveu uma política de reforma destinada a modernizar o sistema educacional haitiano no nível pedagógico e administrativo. Essa reforma foi a mais promissora e mais conhecida no sistema da educação haitiano.

Ao analisar os motivos dessa reforma, Jean Baptiste (2018) apontou que ela se proporcionou a amenizar o nível da desigualdade do ensino linguística na educação haitiana. Desde a independência, os alunos haitianos se alfabetizam só em francês, entretanto, a língua materna é o crioulo. A reforma de Bernard foi a primeira tentativa de política linguística no sistema escolar haitiano favorecendo uma alfabetização na língua materna e aumento do acesso à escola.

Duas razões principais justificam esta reforma do ministro Bernard. Primeiro, o acesso limitado ao sistema de ensino. Morose (1970, p. 125) estimou que 80% das crianças não tinham acesso à escola naquela época. A taxa da escolarização (de crianças entre 6 a 12 anos) entre 1981-1982 foi da ordem de 0,81 em áreas urbanas, a 0,34 em áreas rurais, (SAINT-GERMAIN, 1988, p. 110-111). De um lado, o sistema era inacessível por várias razões, particularmente por razões econômicas e por causa das distâncias envolvidas para chegar na escola. De outro, o sistema tinha grandes lacunas no funcionamento. Wiesler (1978, p. 49) estimou que, em áreas rurais, sobre 1.000 alunos ingressantes no primeiro ano, no final do ano, 360 abandonaram, 354 foram reprovados e 286 foram promovidos para o segundo ano. Há apenas 16 alunos sobre os 1.000 que vão obter o Certificado final do Ensino Primário (CPE) sem reprovar. Incluindo os que

---

<sup>9</sup>Henri Christophe foi um general negro que lutou com Jean-Jacques Dessalines pela independência do Haiti. Após o assassinato de Dessalines, ele foi nomeado pela maioria da Assembléia Constituinte, composta por generais militares, para substituir Dessalines. Os generais mulatos, sob a direção de Petion Alexander, revoltaram-se contra a escolha de Christopher que, com suas tropas, instalou-se no norte do país de 1807 a 1820. Pétion, de seu lado, tornou-se presidente da República no Oeste, de 1807 a 1818. Isto é, durante esse tempo, o país foi dividido em duas repúblicas.

<sup>10</sup> Jean-Pierre Boyer foi um mulato. Ele fazia parte do exército da revolução. Quando Petion morreu, em 1818, ele foi eleito Presidente da República.



Londrina PR, de 02 a 05 de Julho de 2019.

foram reprovados pelo menos 4 vezes durante o ciclo da escola primária, haviam 102 que obtiveram o certificado final do ensino primário (CEP). Segundo os dados, a taxa de sucesso total foi de 0,489 nas áreas urbanas, para um corte de crianças que iniciam seus estudos em 1976, para completar teoricamente o ciclo de seis anos de escola primária em 1982. A taxa era repartida assim: 0,336 para o setor público urbano e 0,704 e para o setor privado (SAINT. GERMAIN, 1988, p. 113-119). Foi o mesmo constatado ao nível da escola secundária: para 87.780 alunos matriculados no primeiro ano da escola primária em 1960, apenas 1.028 conseguem terminar a escola secundária em 1973 (MICHEL, 1997, p. 620).

Contudo, a aplicação dessa reforma foi recusada. Finalmente, até hoje o crioulo como língua materna não conseguiu se impor no sistema escolar. Essa língua tem sido sempre marginalizada, ao contrário do francês, que é a língua dominante, e culturalmente se apresenta como superior na compreensão da população.

A reforma de 1982, e todas as outras seguidas não resolvem os verdadeiros problemas do sistema da educação. O problema da educação do país é profundo e é intrínseco ao modelo do Estado existente no país. Nesse sentido, Tardieu (2016) ao destacar as diferentes razões dos fracassos dessas reformas, salienta:

A Reforma Bernard, na década de 1980, o Plano Nacional de Educação (1996), o Plano da Educação Nacional e da Formação (1998), a Estratégia Nacional de Educação para Todos (SNA / EFA: 2008), o Simpósio para uma educação de qualidade (2014), o Pacto Nacional pela educação de qualidade, (outubro de 2015), todos eles falham por uma combinação de fatores, cujos principais identificados são: a força do *status quo* apoiada pelas classes dominantes; a ausência do financiamento com recurso nacional, (essas reformas foram financiadas na sua maioria com recursos externos e foram dirigidas para os experts estrangeiros); ausência da motivação e mobilização popular (falta de participação local) (TARDIEU, 2016, p. 2).

Historicamente esse período coincide com a aplicação da política neoliberal no Haiti e as reformas são resultados dessa política imposta pelas organizações internacionais ao Estado haitiano. Considerando que um dos objetivos da política de ajuste estrutural é reduzir os gastos do Estado nos serviços sociais, no caso haitiano, essa política levou o Estado a se desvincular gradualmente de todas as atividades sociais, especialmente o setor de educação. O orçamento da educação foi de 18% do orçamento nacional em 2017, reduzido a 15,9% em 2018 (MENPF, 2018). Nesse sentido, crianças de famílias desfavorecidas têm mais dificuldade de ter acesso



Londrina PR, de 02 a 05 de Julho de 2019.

à educação, o que favorece ainda mais as desigualdades escolares no sistema da educação do país.

A gestão da política de educação no Haiti é coerente com o modelo de Estado do país. Dessa forma, seu sistema de educação é o produto de um Estado corrupto e desigual na gestão de sua política pública ao longo de sua história. Esse sistema apenas reproduziu as desigualdades escolares que tem sua matriz no modo de organização do Estado. Nessa linha, o modelo de gestão da política da educação do Haiti dá origem a um sistema de educação que, na sua relação simbiótica com o Estado, produz e reproduz a exclusão escolar. É, talvez, nessa perspectiva que Louis Juste (2003, p.32) afirma:

A escola haitiana visa garantir os interesses de uma minoria [...]. A educação no Haiti é essencialmente discriminatória na medida em que visa apenas a formação de uma elite intelectual. É concebida como uma das esferas de reprodução sócio-política que o Estado tem a seu favor.

Nessa mesma linha, para repetir Jean Baptiste (2018), o modelo de escola existente é a expressão da dominação das elites haitianas para manter o povo nas precárias condições sociais e econômicas. Uma escola que valoriza a memorização mecânica e não a reflexão sobre a realidade. Atualmente, um dos resultados dessas orientações na educação é que a taxa do analfabetismo total é de 57%, com a maioria no meio rural (HAITI- MENFP, 2010). Destaca-se que 38 % das crianças entre 7 a 18 anos nunca foram à escola e 72% das crianças escolarizadas no meio rural têm idade maior do que deveriam ter, (MENARD, 2013).

Além, dessa inacessibilidade das ofertas escolas públicas, especialmente nas áreas rurais, onde a maioria da população está localizada; desse modelo de gestão decorre uma forma de exclusão pela inclusão no sistema, tratando dos conhecimentos transmitidos inadequados para a realidade social, cultural do aluno haitiano. Esse modelo de gestão do sistema escolar provoca um grande fracasso escolar. Segundo Aris (2015), citando o ex-ministro da Educação Nacional, Nesmy Manigat<sup>11</sup>, a taxa de fracasso escolar dos alunos foi sempre a mesma nos últimos 10 anos e cerca de 67%.

O que é importante destacar é que esse fracasso escolar é ligado a uma categoria de

---

<sup>11</sup> Ex-ministro da educação nacional no Haiti no governo de Michel Martely.



Londrina PR, de 02 a 05 de Julho de 2019.

escola privada que culturalmente a população chama de escola *borlette*<sup>12</sup>, sendo que 75% delas funcionam sem controle do Ministério da Educação do Haiti (HAITI- MENFP, 2010). As outras categorias escolares estruturadas (escolas da congregação católica, e poucas escolas privadas das elites intelectuais) têm sempre a taxa de sucesso de 90 a 100% por ano. Então, o fenômeno do fracasso escolar é exclusivamente para uma categoria da escola estigmatizada, e mesmo os que conseguem sair do sistema são estigmatizados em referência ao seu passado escolar.

Geralmente, os alunos que frequentam as escolas *borlette*, são os que não têm dinheiro para pagar uma escola católica ou escola privada estruturada; ou seja, os que não passaram no concurso organizado para entrar nas escolas católicas. Em alguns casos, eles tinham integrado as escolas católicas, mas foram expulsos porque não podiam assegurar as exigências acadêmicas feitas.

Essas categorias de alunos aparecem no mercado de trabalho com um diploma desvalorizado simbolicamente. No mercado de trabalho onde a taxa de desemprego é geralmente mais de 50%, os alunos das escolas “*borlette*” são prejudicados por causa do passado escolar.

Como consequências, as desigualdades sociais, econômicas entre os grupos sociais aumentam na sociedade haitiana. Frente desse constato, é importante de mudar as orientações da educação no Haiti. Deveria ter um divórcio com o sistema tradicional da educação. E promover uma reapropriação dela na perspectiva do Paro (1998) como saber historicamente produzido e como forma de prática social, cultural que dá conta as especificidades de cada sociedade. Para materializar tudo isso seria importante, a implicação de novos atores na gestão do sistema escolar por meio de canal de participação. Dos atores sociais que vão assegurar o papel de controle social sobre as ações do Estado que têm a ver com a educação em Haiti. O que seria uma forma de democratização na gestão escolar.

### **3- CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Neste artigo, fizemos uma discussão sobre o Estado haitiano e sua gestão da política de educação, por meio de uma contextualização histórica do surgimento do Estado haitiano.

---

<sup>12</sup> Borlette se refere a um jogo de loteria muito popular no Haiti.



Londrina PR, de 02 a 05 de Julho de 2019.

Em seguida, revisamos o conceito do Estado haitiano para entender melhor seu sentido ao longo da história do país. Analisamos o modelo de gestão da política de educação do Estado haitiano, tentando destacar as causas das desigualdades escolares.

Entendemos que a desigualdade escolar é uma herança histórica que persiste na história do país. Além disso, notamos os diferentes elementos da gestão da política educacional que, no Haiti, produz e mantém esse sistema desigual por mais de dois séculos, apesar das reformas propostas pelo Estado. Finalmente, destacamos que as reformas na gestão da política educacional não alcançam os resultados esperados porque não levam em conta os problemas estruturais da administração pública do país.

Frente dessa situação, há necessidade de uma contrarreforma do Estado. Essa mobilização, seria um meio para chegar a uma escola justa que retomar as desigualdades sociais reais, compensá-las com medida de discriminação positiva optada para um autor como DUBET (2004) na sua concepção da justiça distributiva.

#### 4.REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARIS, Reynold. **Le MENFP s'engage à rénover le secondaire. 2015.** Disponível em : <<http://www.lenational.org/le-menfp-sengage-a-renover-le-secondaire/>>. Acesso em : 12 março 2017.

ARMAND, Viré. **Bulletin de la société préhistoire.** 1940. Disponível em : <https://www.persee.fr/doc>. Acesso: 20 jul 2018.

BOURDIEU, P.; CHAMPAGNE, P. **Os excluídos do interior.** In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (Org.). **Pierre Bourdieu: Escritos em Educação.** Petrópolis; Vozes, 1998. p. 216-227.

BRAIBANT, Sylvie. **Une histoire meurtrie,** 2010. Disponível : <<https://information.tv5monde.com/info/haïti-une-histoire-meurtrie>>. Acesso em : 24 jul 2018.

CORREIA, Valeria Costa. **Que controle social na política de Assistência social?.** In: Revista serviço social et sociedade No 72. sp: cortez, 2002.

DORVILIER, Fritz. **La crise haïtienne du développement.** Port-au-Prince : UEH. 2012,

DUBET, François. O que é uma Escola Justa? In: **Cadernos de Pesquisa,** Fundação Carlos Chagas, Autores Associados, São Paulo, v. 34, n. 123, p. 539-555, set/dez. 2004.



Londrina PR, de 02 a 05 de Julho de 2019.

ETIENNE, Pierre Sauveur. **L'énigme haïtienne : Échec de l'Etat moderne en Haïti**. Montréal : Presse de l'Université de Montréal. 2007

FARIA, José Henrique. **Gestão participative**. Relações de poder e de trabalho nas organizações. São Paulo : Atlas, 2009.

GAUTHIER, Florence. **Au cœur du préjugé de couleur dans la colonie de Saint-Domingue**, 2010. Disponível em: <[www.lecanardrepublicain.net/spi ? article306](http://www.lecanardrepublicain.net/spi ? article306)>. Acesso em: 20 jul 2018.

HAITI. **Constituição 1987 da república do Haiti**. Porto-Príncipe.

HAITI. Ministère de l'Education Nationale et de la Formation Professionnelle (MENFP). **Vers la Refondation du Système Éducatif Haïtien Plan Opérationnel 2010-2015 Des Recommandations De la Commission Présidentielle Éducation et Formation**. 2010. Disponível em : <[http://www.clubmadrid.org/img/secciones/commission\\_prsidentielle\\_duc.pdf](http://www.clubmadrid.org/img/secciones/commission_prsidentielle_duc.pdf)>. Acesso em: 13 março 2017

HAITI. Rapport du Groupe de Travail sur l'Education et la Formation (GTEF). **Pour un Pacte National pour l'Education en Haïti**. 2010. Disponível em :< <http://uniq.edu/ressources/20170222070812.pdf>>. Acesso em: 15 março 17.

HECTOR, Michel ; HURBON, Laennec. **Genèse de l'État haïtien**. Port-au-Prince : Presses Nationales d'Haïti. 2009,

JACCOUD, Luciana. **Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil**, Brasília: Ministério do Desenvolvimento social e combate à fome, UNESCO, 2009.

JEAN BAPTISTE, Marc Donald. **O Haiti está aqui**: uma análise da compreensão dos imigrantes haitianos sobre a política social no Brasil / Marc Donald Jean Baptiste. - Londrina, 2018.

JOINT, Louis Auguste. **Système éducatif et inégalité sociales en Haïti**. Paris : Harmattan. 2006.

JOVCHELOVITCH, Marlova. **O processo de descentralização e municipalização no Brasil**. In: **Revista serviço social et sociedade**, no 56. São paulo: cortez, 1998.

JULIEN, Mérion. Le défi haïtien : re-fonder l'Etat à partir de la décentralisation ? **IN : Pouvoirs dans la Caraïbe**. 1998. Disponível em : <http://journals.openedition.org/plc/569> ; DOI : 10.4000/plc.569. Acesso em: 08 jul 2018

LÉON, Joel. **Haïti : première victime de la tentation impériale du Brésil**. 2013. Disponível em :<<https://www.mondialisation.ca/haiti-premiere-victime-de-la-tentation-imperiale-du-bresil/5337637>>. Acesso em: 08 jul 2018.

LOUIS JUSTE, Jean Anil. **De la crise de l'éducation à l'éducation de la crise en Haïti**. Port-au-Prince : Presse de l'imprimeur. 2003



Londrina PR, de 02 a 05 de Julho de 2019.

LUBERICE, Renald. **Lutte des classes, antagonisme de classe, racisme à Saint-Domingue**. 2008. Disponível em : <<http://luberice.blogspot.com/2008/03/lutte-des-classes-antagonismes-de.html>>. Acesso em: 8 jul 2018

MENARD Évelyne Trouillet. **L'éducation en Haïti : inégalités économiques et sociales et question de genre. La femme dans l'enseignement supérieur**. 2003. Disponível em : <<http://www.haiti-perspectives.com/pdf/2.3-education.pdf>>. Acesso em: 13 março 17.

MICHEL, Saint-Germain. **Problématique linguistique en Haïti et réforme éducative : quelques constats**. In Revue des sciences de l'éducation. Volume 23, numéro 3, 1997. Disponível em : <<http://id.erudit.org/iderudit/031954ar>>. Acesso em: 13 março 2017.

MOISE, Claude. **Création de l'Etat haïtien- Constitutions : Continuités et ruptures**. In HECTOR, Michel ; HURBOM, Laennec. **Genèse de l'État haïtien (1084-18959)**. Port-au-Prince : presses nationales d'Haïti. 2009

PARO, Vitor Henrique. **A gestão da educação ante as exigências de qualidade e produtividade da escola pública**. In: Silva, Luiz Heron da; (Org.). **A escola cidadã no contexto da globalização**. Petrópolis, Vozes, 1998. p. 300-307.

PÉAN, Leslie. R.J. **Haïti : économie politique de la corruption : L'ensauvagement macoute et ses conséquences (1957-1990)**. Paris : Maisonneuve & Larose. 2007.

PEREIRA, Luiz, C. Brese. **Reforma do Estado para a cidadania: a reforma gerencial Brasileira na perspectiva internacional**. Sp/Editora 34. Brasil: ENP, 1998.

PEREIRA, Potyara. A. P. **Política social: tema & questões**. 3. Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

PIERRE, Delima. **Constitutions, lois et éducation en Haïti 1801- 2011** : Eléments de politiques éducatives. Québec : Editions mémoire. 2012,

RIZZOTTI, Maria Luiza Amaral. **Aspectos e políticos determinantes da política social brasileira**. In: Argumentum, vitória (Es0, v. 5, n.1, p.165-179, 2013.

SOUZA FILHO, Rodrigo. **Gestão pública e Democracia: A burocracia em questão**. Rio de Janeiro : Lumen juris. 2011.

TARDIEU, Charles. Haïti : **Le PSUGO, une catastrophe programmée (1/4) Scolarisation universelle dans le contexte haïtien**. 2016. disponível em : <http://www.alterpresse.org/spip.php?article20469#.WMrtu4HhDIU> >. Acesso em: 15-03-2017.

TARDIEU, Charles. **L'éducation en Haïti de la période coloniale à nos jours**. Port-au-Prince : imprimerie Henry Deschamps. 1980.